

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E RENDA: (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERIFERIA DA CIDADE DE PARINTINS-AM.

**Marcelo Araújo Tavares¹
Alem Silvia Marinho dos Santos²**

RESUMO

Um dos principais desafios na atualidade é o acesso à alimentação adequada e saudável. No Brasil, 84,65% da população vivem em cidades segundo dados do último censo (2010). Em outras palavras, esse montante de pessoas tem na renda seu principal meio de acesso ao alimento. Entretanto, outro acesso vem por meio da alimentação escolar que é gratuita e, no Brasil, constitui-se numa das maiores políticas públicas voltadas para a segurança alimentar de sua população. É importante o papel da escola para a alimentação de significativa parcela da população brasileira. Nesse contexto, a alimentação escolar, sobretudo, na periferia das cidades substitui uma das principais refeições diárias. Dados do Programa Fome Zero (2003) demonstram que para 56% dos alunos da região Norte a alimentação escolar representa a principal refeição do dia. Este trabalho é um estudo de caso da realidade da escola municipal “Irmã Cristine” localizada em área periférica de Parintins/AM. A amostra foi composta por 157 alunos do 6º ano do turno matutino, de ambos os sexos, com idade entre 10 e 15 anos. Os dados serão demonstrados estatisticamente em formato de gráficos e tabelas. A análise dos resultados destaca que 62% dos alunos têm a alimentação escolar como substituta de uma das refeições principais. Portanto, o acesso ao alimento, em zona urbana, é realizado pela renda e nas periferias da cidade, a alimentação escolar constitui-se parte da segurança alimentar de famílias periféricas de baixo poder aquisitivo. Assim, o objetivo geral de nosso estudo é o de verificar o grau de dependência das famílias de baixo poder aquisitivo da periferia urbana de Parintins em relação à alimentação escolar.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Segurança Alimentar. Amazônia. Periferia.

¹Graduando do curso de Geografia do CESP/UEA Email:marcelotavares.geo@hotmail.com

²Profª. Drª. do CESP/UEA Email: alemsilvia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Uma alimentação adequada é decisiva para o desenvolvimento do ser humano desde a sua infância como em todas as fases da sua vida. Na chamada pré-adolescência quando o corpo está passando por mudanças hormonais é uma fase da vida que a alimentação constitui-se significativa nesse processo vital.

O direito a alimentação saudável está assegurado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 6º, que dispõe como sendo direitos sociais assegurados pela mesma: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, assegura a previdência social a proteção à maternidade e à infância, além de assegurar a assistência aos desamparados na forma da mesma. Amplamente discutido durante a 4ª Conferência Nacional de SAN, (2011) realizada em Salvador-BA.

Sendo na escola onde os alunos passam boa parte do dia e tem a alimentação escolar como um dos pilares do sistema alimentar. Neste sentido, fez-se necessário realizar uma abordagem acerca da importância dessa temática para a população que reside na periferia do município de Parintins.

O presente artigo é resultado da experiência do pesquisador como manipulador de alimentos em escolas públicas, atividade que exerce há 10 anos. A realidade percebida ao longo do exercício da profissão demonstrou a importância da refeição servida na escola para muitos alunos.

As obras de Castro (2007), Maluf (2008) e a tese de Santos (2012) formam o fio condutor da análise teórica sobre o tema tratado. As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (1994, 2004-07-11), também auxiliaram na compreensão do objeto de pesquisa.

No contexto atual Brasileiro onde se executa uma política de erradicação da pobreza e da miséria por meio do Programa Fome Zero, ainda existe, uma parcela da população 16,27 milhões, vivem abaixo da linha de pobreza sendo 4,2 milhões sem rendimento e 11,4 milhões com rendimento médio domiciliar *per capita* entre R\$ 1,00 e R\$ 70,00. Representando assim 8,5% da população brasileira nessa situação, principalmente nas regiões Norte e Nordeste e que, por conta disso tendem a utilizar dos programas do governo como meio de acesso ao alimento (CAISAN, 2011).

Para alcançar nosso objetivo, que é o de medir o grau de dependência das famílias de baixo poder aquisitivo da periferia urbana de Parintins em relação a alimentação escolar, realizou-se um estudo delimitado em uma escola localizada na periferia urbana da cidade.

Em geografia o termo “periferia” tem duas concepções: aparece como distanciamento da área central da cidade e, como lugar da cidade em que concentra pessoas detentoras de um poder aquisitivo baixo. Neste trabalho consideramos periferias ambas as acepções, mas destacaremos a periferia como lugar de famílias de baixo poder aquisitivo, realidade dos bairros Paulo Corrêa e União onde moram os alunos atendidos na escola municipal Irmã Cristine.

A escola “Irmã Cristine” é uma das maiores em número de alunos da cidade de Parintins, com um total de 1.538 alunos divididos nas séries do ensino fundamental, Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Pró - jovem urbano. Nosso público alvo constituiu-se de alunos do 6º ano Matutino com idade entre 10 e 15 anos devidamente matriculada no ano vigente, sendo um total 157 alunos.

O procedimento de pesquisa adotado neste trabalho foi o estudo de caso. Este sendo “mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”. (Gil, 2008, p.54)

Para coletar os dados quantitativos, foi elaborado um questionário com 10 perguntas abertas e fechadas que foi aplicado aos alunos do 6º ano no turno matutino da Escola Municipal Irmã Cristine com idade entre 10 a 15 anos, mediante termo de consentimento assinado pela Gestora e pela Pedagoga da referida escola.

O número de questionários a ser aplicados, foi calculado através de uma Amostra Aleatória Simples (AAS) sem repetição, onde os indivíduos tem a mesma probabilidade de serem sorteados ($N=1$). Sendo que o cálculo da amostra para uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95% foi igual a 157 questionários de um total de 263 alunos após serem tratados em calculadora de amostragem e aplicados posteriormente, mediante sorteio tendo como base a lista de frequência do professor.

O artigo está estruturado e organizado inicialmente com uma breve síntese abordando questões a respeito do direito humano a uma alimentação de qualidade e como este foi sendo construído ao longo dos anos principalmente alicerçado pelas Conferências de SAN realizadas no Brasil.

No segundo momento apresentamos o aspecto alimentar na cidade de Parintins dando ênfase a alimentação escolar como forma de se garantir certa quantidade alimentar diária aos alunos da rede pública de ensino comum em todo o país e não menos importante também na referida cidade.

No terceiro momento analisamos os resultados obtidos mediante observações e visitas a campo a fim de demonstrar, ao final do estudo, que realmente a hipótese levantada seria ou não comprovado, quer seja, o baixo poder aquisitivo das famílias da maioria dos alunos tem na alimentação escolar uma segurança alimentar durante os dias letivos.

2. SEGURANÇA ALIMENTAR: O DIREITO A ALIMENTAÇÃO

O direito a alimentação, isto é, o direito que todo cidadão tem de obter uma alimentação adequada e saudável para sua sobrevivência disposto no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, somente começou a ser amplamente discutido a partir das conferências sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que tiveram suas bases nos diagnósticos da fome no Brasil exposto na reconhecida obra de 1946 de Josué de Castro intitulada Geografia da Fome.

O tema segurança alimentar apareceu pela primeira vez no Brasil em 1985 na chamada Nova República como uma proposta de política contra a fome formulada pela Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura. (MALUF,2007 p.80)

A primeira conferência de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) foi realizada em 1994 em Brasília-DF, sob a organização do CONSEA³ (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), com o tema: Fome, a questão nacional. Atualmente a mesma se encontra na sua quarta edição e foi realizada em Novembro de 2011 na cidade de Salvador- BA com o tema: Alimentação Adequada e Saudável Direito de Todos.

Porém cabe aqui discorrer a seguinte afirmação baseada nas leituras feitas ao longo da elaboração de nosso trabalho de que foi somente a partir de 2001 que o combate a fome assumiu uma centralidade nas questões políticas no país com o governo Lula ganhando visibilidade e força com destaque para criação do Fome Zero.

O programa foi, sem dúvida nenhuma, o pontapé inicial para que pudesse criar políticas públicas de SAN que viessem de certa forma, facilitar esse acesso aos alimentos e a renda principalmente aos grupos sociais mais vulneráveis como veremos mais a frente.

Esta concepção já havia sido colocada em pauta por Castro muito antes quando em sua obra referida demonstrou que o problema da fome no Brasil era devido principalmente à falta de políticas que viessem a facilitar o acesso aos alimentos, principalmente àquelas que facilitassem o aumento da renda elemento importante de SAN.

³ Criado em Abril de 1993, primeiramente como órgão de consulta e assessoria do Presidente da república. Atualmente é o principal órgão gestor no que diz respeito a políticas públicas voltadas para a segurança alimentar no Brasil.

Dessas conferências muitas propostas surgiram e se concretizaram posteriormente, sendo a maioria delas, voltadas para erradicar a fome, a pobreza e a miséria no Brasil respectivamente. Dentre estas cabe aqui destacarmos as duas que, são de suma importância para que essas metas sejam alcançadas principalmente por terem o seu campo de atuação no âmbito escolar como a Bolsa Família e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que tem como principal objetivo o de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

A Bolsa família que é uma junção de vários outros programas oferecidos anteriormente (como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Vale Gás), é o principal programa de transferência de renda direta para as famílias em situação de risco como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, além de educação e saúde. Onde para serem contempladas com tal benefício, as famílias tem que ter seus filhos devidamente matriculados em escolas públicas e estar frequentando assiduamente dentro da média estipulada (85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos).

Para Santos (2012), os programas de auxílios governamentais como a Bolsa família, aposentadorias, pensões basicamente são os responsáveis por boa parte da renda das famílias urbanas e rurais do município de Parintins e conseqüentemente nos bairros periféricos da cidade.

Apesar das famílias poderem receber até três tipos de benefícios diferentes de uma só vez, ainda assim, não é suficiente para manter a alimentação de maneira adequada a essa população, embora seja significativa para o acesso. Pois se sabe que na zona urbana, a renda é primordial para o acesso aos alimentos, enquanto na zona rural esta dependência não exerce tanta importância, pois esse acesso é facilitado pelas práticas tradicionais da caça, da pesca, da agricultura e da pecuária.

O valor a ser pago depende da renda familiar mensal e número de crianças e adolescentes que a família possui, dispostos na seguinte ordem: Básico (R\$ 68,00); Variável (R\$ 22,00, R\$ 44,00 ou R\$ 66,00), dependendo do número de crianças de 0 a 15 anos; Variável Jovem – BVJ (de R\$ 33,00 a R\$ 66,00), dependendo do número de adolescentes de 16 e 17 anos nas residências.

Entretanto, vale ressaltar que, as famílias que possuem renda mensal *per capita* de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 só ingressam no programa se possuem crianças ou adolescente na faixa

etária de 0 a 17 anos, ao passo que as que têm renda de até R\$ 70,00 podem participar seja qual for a idade de seus membros.

A tabela 1 nos mostra como é calculado o valor do benefício a ser recebido pelas famílias baseado nos valores citados anteriormente que leva em consideração a renda e do número de crianças e jovens.

Onde a quantidade de benefícios a serem recebidos pelas famílias depende basicamente desses fatores.

No caso de famílias com renda *per capita* entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 automaticamente não têm direito ao benefício básico.

Tabela 1: Cálculo do benefício da Bolsa família, (famílias com renda *per capita* de até R\$70).

Nº de crianças e adolescentes até 15 anos	Nº de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 68,00
1	0	Básico+ 1 variável	R\$ 90,00
2	0	Básico+ 2 variáveis	R\$ 112,00
3	0	Básico+ 3 variáveis	R\$ 134,00
0	1	Básico+1 BVJ	R\$ 101,00
1	1	Básico+ variável+1 BVJ	R\$ 123,00
2	1	Básico+ 2 variáveis+1BVJ	R\$ 145,00
3	1	Básico+ 3 variáveis+ 1BVJ	R\$ 167,00
0	2	Básico+ 2 BVJ	R\$ 134,00
1	2	Básico+ 1 variável+ 2 BVJ	R\$ 156,00
2	2	Básico+ 2 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 178,00
3	2	Básico+ 3 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 200,00

Fonte: Programa Bolsa família- Agenda da família, 2011.

Organizador: Marcelo Tavares, 2013.

O PNAE é outra política pública resultante dos debates das conferências. Essa política tornou-se importante para a aquisição de produtos para a alimentação escolar para a educação básica em todo o país e também esta presente em Parintins. É o principal articulador na gestão e aquisição de produtos da alimentação escolar e tem como um de seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição dos produtos por meio dos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O PAA estipula como meta que cerca de 30% dos produtos destinados para a alimentação escolar sejam oriundos de agricultores locais promovendo hábitos alimentares da cultura local e fortalecendo a agricultura familiar. Porém, a realidade da produção agrícola de Parintins não permite essa margem de segurança alimentar.

Esses produtos são adquiridos em Parintins, pela compra direta dos produtores sendo esta uma obrigatoriedade exigida pelo programa através da COOPAPIN (Cooperativa dos Produtores em Agropecuária e extrativismo do Município de Parintins) que foi a vencedora do pregão no ano vigente oferecendo produtos regionais (como macaxeira, bananas, jerimum, verduras, e outros).

Entretanto, apesar do PNAE existir há mais de 50 anos e estando atuante em todo território nacional inclusive em nossa cidade, somente em 2009 foi reconhecido formalmente pelo congresso Nacional, sancionado pela (*LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009*), após enfrentar duras oposições no Senado formuladas pela bancada ruralista, que foi pressionada pelos segmentos das indústrias de alimentos do setor privado com o objetivo de monopolizar o mercado institucional da alimentação escolar. Foram derrotados pela pressão maciça dos movimentos sociais organizados.

3. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

A escola Municipal Irmã Cristine é uma das maiores escolas públicas do município de Parintins atende atualmente a 1538 alunos divididos em três turnos. Sendo 560 no turno vespertino de sexto ao nono ano do ensino fundamental e 447, no noturno. Sendo nove destas turmas, destinadas para a educação de jovens e adultos (EJA) e cinco para o pró-jovem urbano.

No turno Matutino, estudam atualmente 531alunos, distribuídos nas séries do sexto ao nono ano do ensino fundamental. Destes, 49,5 % cerca de 263 estão devidamente matriculados no sexto ano em 2013 e divididos em oito turmas e o restantes divididos nas séries subsequentes.

Ela está localizada na zona Sul da cidade de Parintins, no bairro de Paulo Corrêa que segundo o IBGE (2010), é o bairro mais populoso da cidade de Parintins, mais precisamente na Rua João Pessoa Lopes (Rua 7) nº3990 e abrangendo uma área entre as ruas José Newton (Rua 8) e Guajarina Prestes (frente) atendendo alunos que residem nos bairros de Paulo Corrêa, Itaúna II, Itaúna I e União.

Esses bairros foram ocupados, sob forma de ocupação de terras da fazenda do empresário paraense Paulo Corrêa tendo a primeira ocorrência na década de 1990, onde após muita negociação judicial, o mesmo acabou vendendo suas terras para a prefeitura afim de que a mesma pudesse ser doada as famílias que segundo que, não dispunham da mesma dando origem aí o atual bairro do mesmo nome.

Essa negociação, contou também com apoio de movimentos civis organizados como a igreja católica assim como por intermédio de alguns políticos mal intencionados em tirarem proveito eleitoral da situação.

Juntos eles compõem a área periférica da cidade devido ao seu distanciamento do centro da cidade e coincidentemente é nessa mesma área onde se concentra a grande maioria da população urbana da cidade de Parintins e justamente onde reside grande parte dos alunos do 6º do turno matutino da Escola Municipal Irmã Cristine, como mostrado na tabela 2 elaborada através dos dados obtidos após trabalho de campo realizado na mesma.

Tabela 2: Bairros onde moram os alunos do 6º ano turno matutino.

BAIRROS	Nº DE ALUNOS
PAULO CORRÊA	84
ITAÚNA II	43
ITAÚNA I	07
UNIÃO	21
OUTROS	02
TOTAL	157

Fonte: Pesquisa de campo.

Organizador: Marcelo Tavares, 2013.

Esses bairros, segundo o Plano Diretor do Município (Art.17/ Incisos V-VI p.9,2006), também fazem parte da área denominada de Zonas de Especial Interesse Social, (ZEIS) criadas de forma a facilitar o acesso a terra à população de baixa renda. Constam nos itens V e VI os objetivos para criação desses bairros.

V - consolidar os assentamentos ocupados pela população de baixa renda, mediante sua instituição como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

VI - estabelecer padrões especiais de urbanização, parcelamento e uso e ocupação do solo, adequando as condições sócio- econômicas da população;

A Figura a seguir, apresenta a localização da Escola irmã Cristine na área periférica ou (ZEIS) que compreende os 3 bairros mais populosos da cidade de Parintins: Paulo Corrêa (13.666 hab.), Itaúna II (7.785 hab.) e Itaúna I (5.574 hab.), além do bairro da União um dos mais novos da cidade.

Figura1: Escola Irmã Cristine e área dos bairros periféricos- ZEIS.

Organizador: Rodrigo dos Anjos, 2013.



Figural1: Escola Irmã Cristine e área dos bairros periféricos- ZEIS.
Organizador: Rodrigo dos Anjos, 2013.

No decorrer de nosso estudo sobre a alimentação escolar na periferia de Parintins foi possível elaborar também um perfil sócio econômico dos alunos do 6º ano do turno matutino desta escola municipal

Na questão da renda, a maioria (74%) é de origem familiar de baixo poder aquisitivo, sendo este, medido através da inscrição dos mesmos no cadastro da bolsa família, fornecido pela secretaria da escola que irá ser demonstrado no gráfico a seguir e numerosas variando de 5 a 13 pessoas nas residências.

A renda dos pais na maioria é proveniente do trabalho informal nas profissões de (pedreiros, carpinteiros, tricicleiros, pescadores, donas de casa e outros) e, uma menor parcela, do funcionalismo público (garis, professores, policiais e outros).

Certamente essa realidade irá refletir na renda *per capita* ao benefício da bolsa família que tem como um dos itens obrigatórios para o recebimento da mesma ter renda *per capita* entre R\$70R\$ e R\$ 140,00 por pessoa. Esta sendo obtida após divisão da renda familiar (inclusive aposentadoria), pelo número de pessoas residentes na casa.

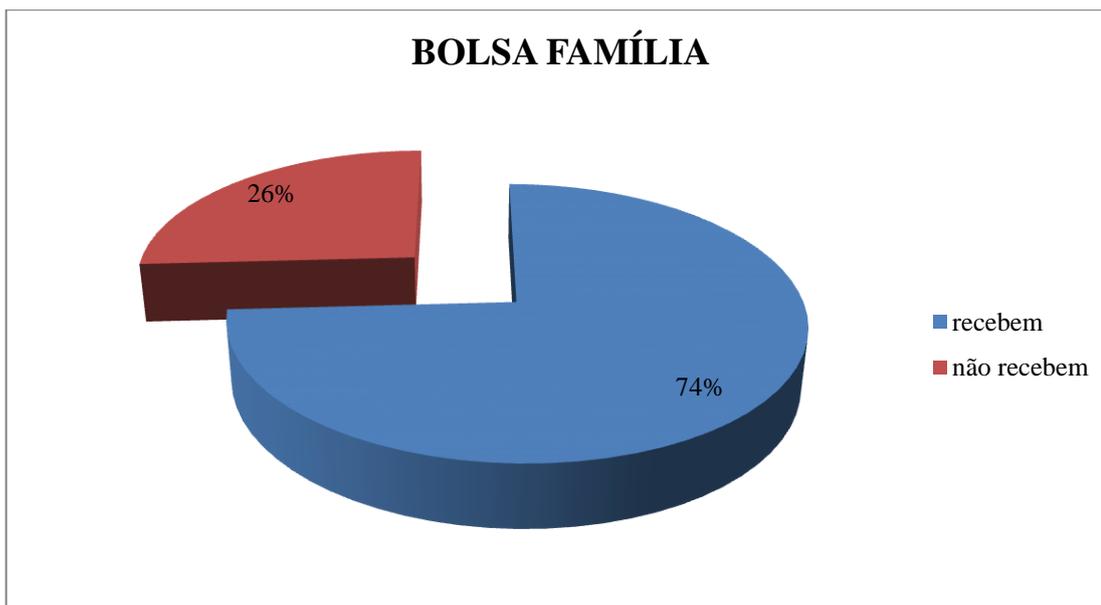


Gráfico 1: Mostrando o percentual de alunos beneficiários do bolsa família.
Fonte: Marcelo Tavares, 2013.

O gráfico acima demonstra a proporção em que os alunos do 6º ano do turno matutino da escola Irmã Cristine, que estão devidamente cadastrados no programa bolsa família demonstrando que os mesmos obviamente são provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo.

4. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM PARINTINS.

Como já vimos anteriormente, por estar presente em todo o país, também em Parintins é o PNAE quem gerencia e articula todo o processo de licitação, fiscalização e aquisição dos produtos referentes à alimentação que será posteriormente oferecida nas escolas públicas do município (Urbanas e Rurais), tanto na esfera municipal quanto estadual.

Os dados obtidos por Souza (2010) nos mostram a dimensão de abrangência do programa em Parintins, pois o mesmo atende cerca de 35.000 alunos segundo dados do Conselho Municipal da Merenda Escolar (COMAE), incluindo recentemente também os alunos de ensino médio. Dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) atestam que na área urbana existem 18 escolas estaduais e 33 escolas municipais.

4.1 Alimentação escolar na constituição de segurança alimentar na periferia.

Atualmente, apesar dos inúmeros avanços obtidos na distribuição de renda por parte do governo Federal, nota-se que nosso país ainda é bastante desigual regionalmente onde os

mais afetados pela escassez de alimentos são os mais pobres principalmente nas regiões Norte- nordeste como apontado por Castro em sua obra supracitada, que as definia como áreas de fome extrema.

Tal situação, ainda bastante perceptível nos dias atuais, como divulgado pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) realizada em todo o país no período de 2004 a 2009, apontando que apesar de ter havido um crescimento contínuo na renda domiciliar em todas as regiões brasileiras, as regiões com maiores rendimentos (Sudeste, Centro-Oeste e Sul) ainda mantêm grande diferença em relação às duas mais pobres (Nordeste e Norte).

Os dados dessa mesma pesquisa demonstram que a renda média domiciliar da região Sudeste é de 93%, maior do que na Nordeste e 73%, do que na região Norte. (CAISAN,2011)

Na cidade de Parintins, distante a 369 km de Manaus em linha reta, classificada como cidade média devido à quantidade de habitantes, onde a renda comum da população oscila em sua maioria segundo dados do censo do IBGE (2010), em torno de meio até um salário mínimo e que esses provém principalmente dos programas do Governo Federal (bolsa família e auxílio aposentadoria).

De sua população atual, 102.033 habitantes, 69.890 é urbana, o que representa (68,50%) do município. O restante 32.143 vivem na zona rural, ou seja, 31,50%. Os mesmos dados do Censo demonstram um aumento da pobreza que em 2000 era de 57,52% e atualmente, atingindo o índice de 60,7%, acarretando para a cidade o título nefasto de cidade do interior com maior número de habitantes em situação de extrema pobreza⁴ no Estado do Amazonas, atingindo cerca de 22,42% da população do município.

Dessa renda, segundo Santos (2012), cerca de 60% são gastos na compra de alimentos. Portanto cabe aqui expor a seguinte opinião pessoal de que na prática, não são os produtos que custam caro, e sim as pessoas que ganham relativamente pouco para poderem comprar os produtos necessários a sua alimentação.

Esta situação na periferia é mais perceptível visto que é a área da cidade onde se identificou os menores índices de renda conforme dados do ultimo censo e com pessoas sem rendimento algum, conforme observado a seguir.

⁴ A Bolsa família considera extremamente pobre as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 70 e pobres, aquelas com até R\$ 140.

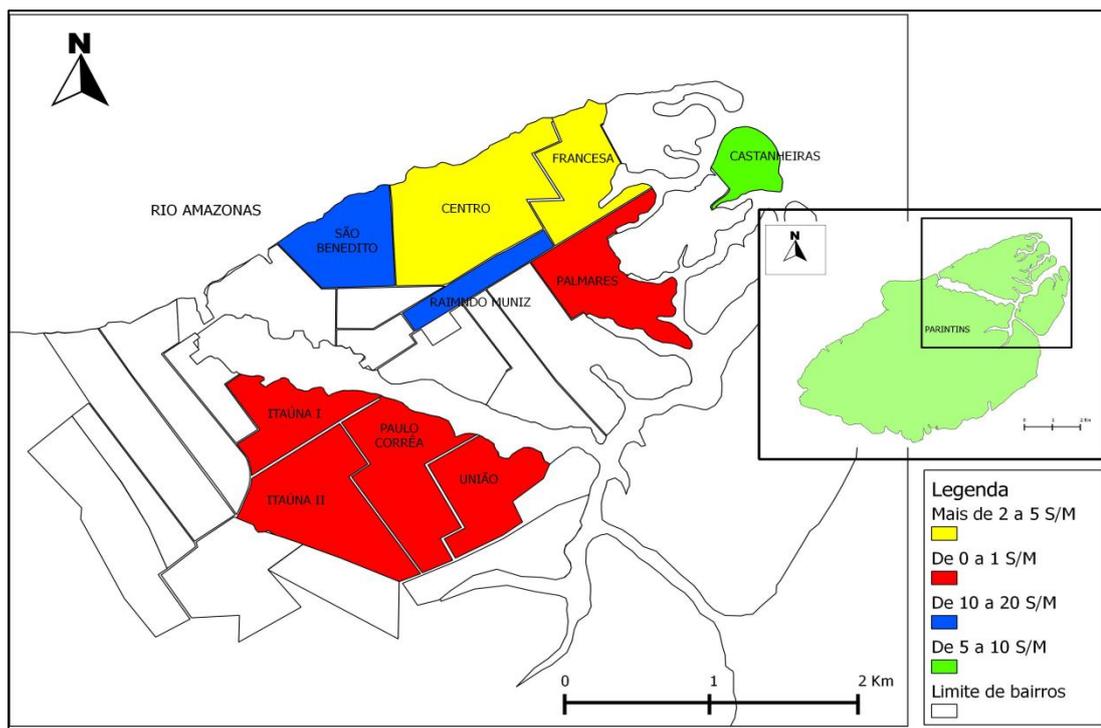


Figura 2: Rendimento mensal por salário (R\$ 510,00) nos bairros da cidade de Parintins- Am.
 Fonte: IBGE, Censo demográfico -2010.
 Organizador: Rodrigo dos Anjos, 2013.

Tal fato talvez seja explicado por ali existirem famílias numerosas e muitas, oriundas da Zona Rural e por isso o baixo índice *per capita*, pois a renda domiciliar é dividida pelo número de pessoas das residências.

Vale destacar que devido à distância do centro urbano é comum os gastos com o transporte serem repassados ao consumidor, majorando os preços dos alimentos como a carne e o peixe e dos complementos (arroz, feijão, macarrão, entre outros).

É por conta dessa situação, que muitas pessoas com menor poder aquisitivo, se vêm forçadas a consumir em suas residências, alimentos industrializados (frango congelado, salsicha, calabresa, enlatados, e outros) com preços inferiores aos alimentos regionais. Essa realidade valida às palavras de Santos (2012, p.40), de que devido à facilidade quanto ao acesso a renda através dos programas federais, nota-se que as pessoas estão consumindo mais produtos industrializados que não fazem bem ao corpo.

A tabela abaixo elaborada através de dados coletados em campo enfatiza formalmente bem tal situação descrita a pouco.

Tabela 3: Referente ao que os alunos mais consomem durante a semana em suas residências.

MAIS ALMOÇAM DURANTE A SEMANA EM CASA	
ALIMENTO	RESPOSTAS (%)
Frango	60,5
Carne	42,6
Peixe	35,0
Calabresa	17,1
Ovos	12,1
Salsicha	9,5

Fonte: Pesquisa de campo
Organizador: Marcelo Tavares, 2013.

Os dados apresentados tendem de certa forma a fortalecer, o objetivo principal de nosso estudo, quanto à importância de alimentação oferecida nas escolas na constituição de uma segurança alimentar para os alunos devido a sua quantidade e diversidade disposta no cardápio escolar sendo esta facilitadora para o acesso a uma alimentação oferecida diariamente.

Tal percepção também é notada de forma bem explícita no dia-dia através das respostas dos alunos sobre a alimentação oferecida na escola em que foi realizado o estudo. Destacada na proporção do seu aceite pelos mesmos como mostrado no gráfico seguinte. Isso nos remete a perceber que tal alimento de certa forma acaba por substituir uma das principais refeições das residências quer seja o café da manhã ou até mesmo servindo como refeição do almoço.



Gráfico2: Total de vezes em que o aluno se alimenta semanalmente na escola.
Organizador: Marcelo Tavares, 2013.

O notório percentual observado no gráfico acima é resultante da coleta de dados que demonstram que os alunos da área de estudo consomem a alimentação escolar com bastante frequência porque a variedade de refeições oferecidas acaba sendo diferente em relação a suas casas, essa por vezes mais industrializada devido aos preços dos produtos comprovando a dependência dos mesmos com relação a alimentação da escola essa mais do tipo orgânica e por conseguinte mais saudável.

5. A IMPORTÂNCIA DA RENDA NA CONCEPÇÃO DOS NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES.

A respeito dos hábitos alimentares Amazônicos, estão ligados à influência cultural dos antepassados indígenas que tinham a sua dieta alimentar constituída basicamente pela “farinha de mandioca amarga (*Mannihot utilissima*)” e seus derivados (beijus, bebidas, e outros), que eram associados a outros alimentos como carne de caça, aves, frutas e sementes silvestres, peixes, entre outros (CASTRO,2008 p.44).

Este alimento é tipicamente conhecido na região como farinha d’água devido ao processo de fabricação onde a raiz da mandioca é colocada na água para amolecer. No particular caso da farinha, é a principal remanescente dessa cultura indígena.

Por sinal este alimento regional ainda é bastante presente na alimentação local mesmo diante das novas práticas alimentares do mundo globalizado. Entretanto no ano vigente registrou-se um crescente aumento nos preços da mesma, que conseqüentemente resultou numa diminuição no consumo, mesmo assim, as classes mais baixas compram a farinha de pouquinho todo dia, apenas para a refeição.

O peixe é outro exemplo, a ser discutido em se tratando de diminuição do consumo de produtos regional ligado à renda, devido ao mesmo em determinadas épocas do ano como, no período do festival folclórico tem seu preço majorado de modo desproporcional a realidade parintinense.

Tal fator acaba fazendo com que esse importante vínculo cultural seja pouco a pouco substituído por novos hábitos alimentares no contexto capitalista cada vez mais presente com destaque aos produtos industrializados, estes mais baratos e, por conseguinte mais acessíveis aos com menor padrão financeiro reforçando ainda mais o quadro de insegurança alimentar pautada na renda.

Outro fator que exemplifica muito bem tal fator é em relação a alimentos como o mingau oferecidos na alimentação das escolas (banana, jerimum, e outros) os quais Santos

(2012,p.128), relatava como sendo comum em casa sua mãe prepará-lo “todas as tardes na merenda”. Porém, hoje quando preparado para os alunos, observa-se uma aceitação em escala média se comparado a sucos e comidas diversas.

Porém, a título de ilustração do tema em questão antes exposto, nos convém concordarmos com Santos (Op.cit), de que esses hábitos que outrora serviriam como uma espécie de impressão digital do povo amazônico como a caça e a pesca (e não menos a farinha), tidos como tradicionais, atualmente já não se apresentam mais com tanta intensidade.

5.1 O cardápio servido nas escolas de Parintins.

Analisando o cardápio oferecido nas escolas podemos observar que o mesmo é bastante diversificado, contendo alimentos doces como sucos, mingaus diversos (arroz, banana pacovã, munguzá, e outros) achocolatado, biscoitos, e outros, frutas (bananas diversas, melancias), além de jerimum e da macaxeira, que são adquiridas da compra direta do produtor geralmente advinda da agricultura familiar do município gerenciado pela COOPAPIN antes citada.

Essa cooperativa por sua vez absorve grande parte da produção local e a destina para as escolas, gerando renda para as famílias produtoras inclusive de hortaliças, legumes e verduras fazendo com que esse dinheiro circule na cidade fortalecendo a economia local sendo esta uma das metas estipuladas pelo PAA.

Observou-se também no cardápio uma grande diversidade de refeições que certamente asseguram ao aluno uma garantia nutricional substancial para o seu dia-dia como o famoso feijão com arroz, por exemplo, a carne moída com macarronada, picadinho de peixe entre outras. Além de alimentos industrializados como frango, salsichas, sardinhas e conservas que juntamente com os produtos básicos como arroz e o macarrão que também são adquiridos no comércio local tendem a oferecer aos alunos uma diversidade de preparações.

Nesse sentido poder-se-ia também elaborar projetos que revitalizasse o cultivo das hortas nas escolas comum em épocas passadas.

Onde os produtos cultivados, eram utilizados para complementar as refeições contidas no cardápio escolar que será apresentado mais a frente, oferecendo aos alunos um produto final (prato), mais colorido e atrativo principalmente aos adolescentes. Estes segundo pesquisas, grandes consumidores de doces e frituras vendidas nas extintas cantinas das escolas.

Porém nos dias atuais, a realidade que se vê infelizmente na cidade de Parintins, é um quadro de perda quase total dessa prática, em escolas urbanas sendo observadas apenas em poucas unidades. Pois esta, se difundida, certamente se transformaria numa importante forma de aquisição de hábitos alimentares saudáveis. Sendo estes requisitos fundamentais de SAN.

Tabela 4: Apresentando a diversidade de refeições presentes no cardápio escolar.

Achocolatado com biscoito	Salsicha com macarrão parafuso e suco de fruta.
Frango com macarrão espaguete.	Mingau de arroz c/ jerimum.
Feijão de praia com charque bovino e arroz.	Arroz carreteiro.
Leite com achocolatado e biscoito.	Sardinha em conserva com macarrão.
Guisado de carne ao molho c/ arroz.	Mingau de banana pacovã c/ farinha de tapioca.
Suco de fruta com biscoito.	Picadinho de peixe com arroz.
Carne moída com baião de dois e melancia.	Carne moída com macarronada e suco de fruta.

Fonte: PNAE - Cardápio c/ gêneros perecíveis e semi- perecíveis para o município de Parintins-2013.
Organizador: Marcelo Tavares, 2013.

Analisando o cardápio apresentado na tabela 4, pode-se observar uma presença expressiva de carne bovina em diversas preparações, enfatizando os argumentos de Santos (2013), ao afirmar ter havido um aumento no consumo de carne, sobretudo na área urbana da cidade de Parintins situada numa região tipicamente consumidora de peixe, sendo este de 4,18 kg semanal perfazendo um consumo anual de 19,3 kg/ano, superior ao de cidades de maior porte populacional como Londrina-PR e Fortaleza- CE.

Daí a importância perceptível da alimentação escolar no cotidiano familiar observado no relato de uma mãe alegando que nos finais de semana e durante o período das férias, os gastos com alimentos é maior (café da manhã, almoço, merenda e jantar) do que quando no período letivo, onde por vezes só compra a merenda da tarde e o jantar. Certamente nossa hipótese confirma-se nesses relatos, pois a alimentação escolar vem a substituir uma das refeições principais do dia.

Uma grande parcela dos alunos da escola estudada (75%), afirmou obter uma melhor alimentação na escola do que em suas residências, devido a sua disponibilidade diária e em variadas formas de preparo em que se apresentam aos mesmos através de um cardápio

elaborado por um nutricionista, para suprir suas necessidades calóricas e proteicas propícias para uma dieta adequada.

Enfatizando muito bem o papel de importância que a escola representa como uma das principais promotoras de segurança alimentar devido à mesma ser oferecida de forma gratuita, favorecendo alimentação diariamente de qualidade e em quantidade suficiente assegurando assim a facilitação ao direito universal à alimentação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo pudemos considerar que a alimentação escolar é sim uma importante aliada na constituição de uma Segurança Alimentar em nossa cidade principalmente na periferia onde, muitas vezes, acaba se tornando uma fonte de aquisição de novas variedades de alimentos já que devido ao baixo poder aquisitivo de algumas famílias, acaba se tornando incomum a obtenção de certos tipos de refeições regularmente devido ao preço dos produtos.

A alimentação escolar de certa forma acaba substituindo uma das refeições principais do dia quer seja o café da manhã ou até mesmo o próprio almoço como foi relatado por alguns alunos que nos dias em que a alimentação servida na escola é uma comida como o baião de dois, por exemplo, os mesmos afirmam não almoçarem quando voltam para as residências, não por estarem saciados, mas por ser uma refeição que pode substituir o almoço e ajuda a aguardar a próxima refeição.

É oferecida diariamente de forma gratuita e com certa variedade como se apresentou no cardápio apresentado nesse artigo. O que nos leva a conclusão de que muitos alunos têm sim na alimentação escolar uma importante fonte de obtenção de alimentos e, por conseguinte muitos deles vão para a escola não só para estudar como também para se alimentarem de forma digna.

É notório quando essa alimentação escolar é interrompida, como nos finais de semana e durante as férias, o aumento dos gastos com alimentação doméstica. Portanto, a escola torna-se na periferia urbana uma importante fonte de segurança alimentar.

Sendo por esse motivo de suma importância que se ofereça sempre refeições de boa qualidade dando como prioridade aos produtos orgânicos que atualmente são bastante divulgados como saudáveis principalmente devido a sua procedência da agricultura familiar.

Nesse sentido, poderiam ser desenvolvidos projetos que visassem incentivar práticas que outrora eram comuns, nas escolas de Parintins, mas que atualmente se apresentam de forma muito tímida como a das hortas escolares, por exemplo, onde eram plantadas em uma

determinada área da mesma, legumes, verduras e até mesmo plantas frutíferas como bananas, e outras, para que posteriormente as mesmas, pudessem ser aproveitadas como complemento nas refeições dos alunos de modo que viesse a dar certa autonomia para essa escola diante de uma possível indisponibilidade desses produtos.

Outra ideia sugerida nessa mesma linha de pensamento, seria o da produção do composto orgânico, onde um dos elementos que poderiam ser aproveitado como matéria prima para se fazer a mistura desse composto seriam os rejeitos da própria alimentação escolar.

Esse posteriormente seria aproveitado não só na horta como também na adubação de outras plantas cultivadas na área da própria escola.

Tais projetos também serviriam como estímulo para se propagar uma melhor educação ambiental. Assim como serviriam como base na formação de hábitos alimentares mais saudáveis, estes bastante ameaçados atualmente pelos industrializados. E que posteriormente esses conhecimentos seriam difundidos nas residências dos próprios alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PROJETO FOME ZERO. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania. 2001, São Paulo. PROGRAMA FOME ZERO. Disponível www.fomezero.org.br. Acesso em: 08/11/2012.

BRASIL. PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. Instituto Cidadania. 2001, São Paulo. PROGRAMA FOME ZERO. Disponível www.fomezero.org.br. Acesso em 22/02/2013.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012-2015.-Brasília, DF :CAISAN, 2011.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008;

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.consea.mg.gov.br/siteconsea/>>. Acesso em 06 jun. 2013.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. Ed. – 11. reimpr. – São Paulo: Atlas,2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Senso Demográfico Nacional: IBGE, 2010. Disponível em URL: <www.ibge.gov.br>. Acesso em:10/02/2013.

MALUF, Renato S. Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANUAL DE GESTÃO EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR-2ª Ed.São Paulo: Fome Zero,2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de, 1943-**Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**- São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2001.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, aprovado em 5 de Outubro de 2006 pela Lei Municipal nº 09/2006.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). Caderno de Legislação. Brasília: PNAE, 2009.

SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. **Segurança alimentar no ritmo das águas**: mudanças na produção e consumo de alimentos e seus impactos ecológicos em Parintins-AM. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília: Brasília, 2012.

_____.Leonardos Othon H.; Mota José A.. **Alimentação Urbana e a Pegada Ecológica do Consumo de Carne Bovina na Cidade de Parintins.** *Acta Geográfica*, Boa Vista v.7, n 14 jan./abr. de 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941-**Metodologia do trabalho científico** -23. Ed. rev. E atualizada- São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Keila Mendonça. **Educação Ambiental Formal:** A Merenda Escolar das Escolas Municipais de Parintins. 2010. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade do Estado do Amazonas-UEA – Centro de Estudos Superiores de Parintins, Parintins 2010.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.